

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.229.220 - SC  
(2018/0003088-8)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**AGRAVANTE : M D C DAS D**  
**ADVOGADO : TÚLIO FIGUEIREDO DUARTE E OUTRO(S) - MG121019**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**EMENTA**

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. 1. PORNOGRAFIA INFANTIL. ARTS. 241-A E 241-B DO ECA. VIOLAÇÃO DO ART. 619 DO CPP. NÃO VERIFICAÇÃO. 2. AUSÊNCIA DE PERÍCIA. MATERIALIDADE DELITIVA. EXISTÊNCIA DE FARTO ARCABOUÇO PROBATÓRIO. REVOLVIMENTO QUE ENCONTRA ÓBICE NA SÚMULA N. 7/STJ. 3. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Não se verifica ofensa ao art. 619 do Código de Processo Penal, uma vez que o acórdão recorrido apreciou a controvérsia detalhadamente, externando as razões pelas quais, após avaliação da prova dos autos, entendeu pela condenação do agravante como incurso nos tipos penais do art. 241-A (16 vezes) e 241-B (10 vezes), ambos da Lei 8.069/1990. Assim, foi dada a devida prestação jurisdicional, com a análise das principais teses defensivas, sendo certo que decisão contrária ao interesse da parte ou a pretensão de que o julgado decline este ou aquele dispositivo legal é insuficiente para o acolhimento dos declaratórios, quando não há vício no *decisum*.

2. Mostra-se cristalina a ausência de plausibilidade jurídica na tese sustentada pela defesa de ausência de prova da materialidade delitiva por falta de perícia dos *e-mails*. A comprovação das condutas é farta, tendo sido realizadas as perícias indispensáveis, louvando-se o acórdão inclusive na confissão do acusado. Nesse contexto, a alegação prende-se a um reexame de matéria fático-probatória, insuscetível de revisão na via eleita, a teor do disposto no verbete n. 7 da Súmula desta Corte.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

